



PROTOCOLO

São Paulo, 08 de Abril de 2014

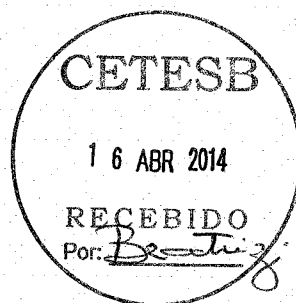
À

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB

Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos - IPSR

Av. Frederico Hermann Jr, 345 – Pinheiros

São Paulo / SP



Ref: Termo de Referência para elaboração de EIA RIMA da Implantação da Central de Tratamento de Resíduos de Piracicaba - CTR Palmeiras de responsabilidade da Piracicaba Ambiental S.A - Processo nº 0194/2013

Att. **Dra. Ana Cristina Pazini**

Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental

Eng. Gabriela Nenna Ferraresi

Gerente do Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos - IPSR

Prezadas Senhoras,

Conforme estabelecido em Parceria Público Privado (PPP), licitada pela Prefeitura Municipal de Piracicaba, a qual a Concessão Ambiental Piracicaba S/A foi a vencedora, foi previsto que os resíduos sólidos gerados no município de Piracicaba deverão passar por um sistema de tratamento mecânico biológico, sendo que apenas os rejeitos é que serão encaminhados a um Aterro Sanitário. Tais sistemas deverão ser implantados no próprio município.

A implantação destas unidades vai ao encontro das novas diretrizes estabelecidas pela Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente o disposto no artigo 9º inciso 1º, ou seja:

“Art. 9 Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.”



Ressalta-se que atualmente as cerca de 400 toneladas diárias de resíduos sólidos domiciliares geradas no município de Piracicaba são dispostas em dois Aterros Sanitários particulares devidamente licenciados e aprovados pela CETESB, quais sejam:

- ✓ Aterro Sanitário situado no município de Rio das Pedras; e
- ✓ Aterro Sanitário situado no município de Paulínia.

Diante desta premissa, foi dado início ao processo de licenciamento ambiental da Central de Tratamento de Resíduos de Piracicaba - CTR Palmeiras com a apresentação do Plano de Trabalho junto ao Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos - IPSR da CETESB.

Em 02.09.13 foi emitido pela CETESB o Termo de Referência N°058/13/IPSR, o qual seguiu as diretrizes do Plano de Trabalho elaborado, que previa a implantação dos seguintes elementos:

- Sistema de Tratamento Mecânico Biológico (TMB); e
- Aterro Sanitário.

Pelo fato de tais elementos serem complementares e possuírem planejamento para serem implantados na mesma gleba, os mesmos foram incluídos em um único processo de licenciamento ambiental junto à CETESB, contudo trata-se de atividades distintas cuja operação se dará de maneira desvinculada.

Por conta disto, estes elementos estão sendo tratados tanto pela Concessão Ambiental Piracicaba, assim como pela municipalidade (através do PPP) de forma independente, com planos de trabalhos, cronogramas, programas, investimentos e solicitação de financiamentos distintos.

Além disso, em virtude de suas características os empreendimentos em questão possuem procedimentos licenciatórios distintos. No que se refere ao Sistema de Tratamento Mecânico Biológico (TMB), em decorrência de suas características, o mesmo não se configura como um empreendimento causador de significativa degradação do meio ambiente, não dependendo, portanto da aprovação de EIA RIMA (Art. 5 da Res. SMA 54/2004). Tal consideração está embasada em:

- ✓ Pareceres Técnicos CETESB N° 005/13/IPSR e N° 006/13/IPSR, emitidos no âmbito dos Processos CETESB N°189/2012 e N°188/2012 (vide **Anexo I**), em resposta a duas consultas prévias realizadas junto à CETESB para a implantação de empreendimentos similares nos municípios de Embu e Cotia. Tais pareceres definem que o licenciamento ambiental de tais empreendimentos deveria ser conduzido, em todas as suas fases, nas respectivas Agências Ambientais da CETESB, uma vez que as principais interferências inerentes ao empreendimento pretendido estão relacionadas à emissão de poluentes, atribuição de fiscalização das agências ambientais; e



- ✓ Processo de licenciamento ambiental de uma unidade similar no município de Jacareí (Processo CETESB 57/00859/13), cujo pedido de licença prévia foi iniciado junto à Agência Ambiental de São José dos Campos (tal processo encontra-se em análise por parte da CETESB).
Ressalta-se que tais empreendimentos, assim como a CTR Palmeiras, são pertencentes ao Grupo ENOB.

Isto posto, vimos por meio desta solicitar que os processos de licenciamento do Sistema de Tratamento Mecânico Biológico (TMB) e do Aterro Sanitário sejam individualizados, nos seguintes termos:

- ❖ Conduzir o processo de licenciamento ambiental prévio do Sistema de Tratamento Mecânico Biológico de maneira independente, uma vez que em decorrência de suas características, isoladamente tal sistema não se configura como um empreendimento causador de significativa degradação do meio ambiente, não dependendo portanto da aprovação de EIA RIMA (Art. 5 da Res. SMA 54/2004); e
- ❖ Dar continuidade à elaboração do EIA RIMA do Aterro Sanitário para dispor o rejeito, e proceder a avaliação de impactos da Central como um todo (impactos cumulativos), incluindo o processo de Tratamento Mecânico Biológico.

A individualização dos processos objeto do pleito propiciará que a condução do processo de licenciamento e análises de viabilidade ambiental dos empreendimentos possam ser desvinculadas, evitando que eventuais particularidades específicas de uma atividade possam interferir na análise de viabilidade ambiental da outra.

Quanto ao local selecionado para a implantação do Sistema de Tratamento Mecânico Biológico, é importante destacar:

- ✓ a gleba selecionada vem sendo utilizada há décadas pelo uso agrícola (plantio de cana de açúcar);
- ✓ a municipalidade decretou a área como de Utilidade Pública (vide Decreto N° 12.759/2008 no **Anexo II**);
- ✓ a área está situada em zona rural, onde é permitido o uso industrial (vide Certidão de Uso e Ocupação do Solo inserida no **Anexo III**)
- ✓ o entorno imediato é marcado por extensas áreas de plantio de cana de açúcar;
- ✓ não há presença de cursos água e respectivas Áreas de Preservação Permanentes – APPs; e
- ✓ não há fragmentos de vegetação nativos e/ou elementos arbóreos isolados.

Maiores informações sobre a gleba e entorno, podem ser observadas no Plano de Trabalho já apresentado à CETESB.



Convém destacar que, no caso de ser comprovada a viabilidade ambiental do TMB e esta anteceder a do futuro Aterro Sanitário, os rejeitos oriundos do processo de TMB serão dispostos em Aterro Sanitário devidamente aprovado e licenciado, como já ocorre atualmente no município de Piracicaba.

Ressalta-se ainda que ambos os processos de licenciamento serão desenvolvidos à luz do que preconiza os diplomas legais inseridos nas esferas municipal, estadual e federal, além de todas as Normas Técnicas pertinentes ao assunto.

Aproveitamos a oportunidade para informar que a empresa Conam Consultoria Ambiental Ltda não será mais a empresa consultora responsável pela condução do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos em questão e que todas as correspondências deverão ser encaminhadas à Concessão Ambiental Piracicaba no endereço Rua Magalhães de Castro, 4900, Cidade Jardim, aos cuidados do Eng. Andrea Perruchod.

Informamos ainda que para a condução do processo de licenciamento ambiental da TMB contaremos com o apoio da consultora ambiental Cilene Novaes Santos.

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente a compreensão e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos préstimos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Concessão Ambiental Piracicaba